

A AMAZÔNIA COLONIAL: CENÁRIO DE CONFLITOS E INTERESSES ENTRE AS METRÓPOLES DE PORTUGAL E ESPANHA*

Ana Paula Brabo Gonçalves**

RESUMO: Objetivou-se com o presente artigo, tecer considerações acerca dos conflitos de interesse entre Portugal e Espanha, no tocante à exploração dos recursos naturais da Amazônia Colonial, com maior ênfase ao processo de catequização dos índios pelos colonizadores. Desta forma, tratou-se neste trabalho, da queda de braço entre as duas nações pela hegemonia dos recursos provenientes da região amazônica.

Palavras-chave: Amazônia; extrativismo; portugueses; espanhóis; disputa por territórios; missões.

INTRODUÇÃO

Pensar a Amazônia como descoberta, levando em consideração suas fontes de matérias-primas para comercialização junto ao mercado europeu, suprimindo assim a falta de especiarias, perpassa em compreender as disputas e conflitos que envolveram espanhóis e portugueses na luta por sua colonização, sobre o pretexto da catequização dos povos gentis.

Para se lançar um olhar histórico, baseado em uma breve revisão da literatura, ancorada por Arthur César Ferreira Reis, em sua obra “Amazônia e a cobiça internacional”, deve-se perceber as características que permearam as ações das nações metropolitanas, cujo foco maior consistia na exploração das riquezas naturais da Amazônia.

* Artigo apresentado como requisito para obtenção de nota na disciplina Historiografia da Amazônia, ministrada pelo Professor Dr. Fernando Arthur (Faculdade de História/UFGA).

** Aluna do curso de História, Bacharelado e Licenciatura, da UFGA.

Por outro lado, com intuito de suscitar uma análise mais conjuntural do período estudado (século XVII), apropriou-se das concepções do cômego Francisco Bernadino de Souza, que retrata suas impressões sobre a Amazônia, os modos de vida dos povos indígenas, a resistência destes ao processo de catequização e a descrição dos recursos naturais explorados pelos indígenas.

Arthur Cézar Reis diz ainda que atualmente processa-se na Amazônia uma agricultura de juta, onde as técnicas são tais rudimentares que confundem-se às técnicas extrativas argumentando que as sociedades amazônicas foram estruturadas em função dessas atividades extrativas, e que portanto não puderam ou não quiseram libertar-se das mesmas.

O autor descreve a conquista da região como efetuada por motivos econômicos, tendo em vista o descobrimento e a coleta de especiarias. Para tal argumento recorre ao autor Caio Prado que em seu livro “A Formação do Brasil contemporâneo”, afirma:

Encontraram os colonos na floresta amazônica um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha a salsa parrilha e sobretudo o cacau. Sem contar a madeira e os produtos abundante do reino animal: destes últimos são em particular, a tartaruga, bem como os seus ovos, e o manacaru (peixe-boi), que se virar em escala comercial. Sem essas fontes de riqueza teria sido impossível ocupar o grande vale. Os colonos não o teriam procurado, os missionários não encontrariam base material de subsistência para manter seu trabalho de catequese dos indígenas.

Em sua obra, “Lembranças e curiosidades do Valle Amazonas”, o cômego Francisco Bernadino de Souza escreve ao Tenente-Coronel Joaquim José da Silva Meirelles relatando algumas dessas especiarias que encontrará na região Amazônica, chegando a descrever o processo a que eram submetidas tais especiarias para o seu uso. Descreve, por exemplo, o processo de transformação dos ovos de tartaruga em manteiga. Os ovos eram amassados com os pés e misturados com água, depois de algum tempo, os nativos retiravam a parte gordurosa da superfície, que deveria ser depurada em

taxa ao fogo. Também descreve o processo pelo qual a farinha d'água é submetida até chegar o ponto de consumo o, entre outras especiarias.

O cônego Francisco Bernardino fala ainda do óleo de bacaba utilizado pelos nativos no lugar do óleo ou do azeite de oliveira, do uso de tucumã na fabricação corda e do aproveitamento de seus folíolos na fabricação de esteiras, chapéus etc.

Arthur Cézar Reis fala ainda da cobiça mercantil a qual eram movidos os portugueses que após vencerem os concorrentes ingleses e holandeses pela disputa da terra e da água lançaram-se com o intuito de penetrar em direção ao norte, a oeste e ao sul. Devassaram-na em todos os sentidos, identificando variedades de sua fauna e flora.

Retrata ainda a cobiça mercantil como sendo o principal motivo que os impulsionará na operação expansionista em terras Amazônicas, fazendo uma analógica a empresa descobridora e colonial:

Toda a operação expansionista, para alcançar novas terras e desvendar oceanos, ligava-se fundamentalmente, a esse estado de espírito, que era, pois um objetivo material evidente, sobreposto às preocupações espirituais, no sentido de cruzada, que também pode ser encontrado na grandiosa empresa descobridora e colonial, mas não teve o mesmo vigor, a mesma intensidade como explicação do movimento de expansão e de criação do novo mundo colonial.

Na tentativa de recuperar o que haviam perdido por negligência, os espanhóis, em meados do século XVII, trataram de empossar-se dos trechos a que poderiam ter acesso vindos diretamente do Peru. No entanto dispunham de pessoal em porção suficiente. Entra aí a cooperação por parte dos religiosos que começaram então sua obra admirável de catequese dos bandos nativos no Marañón, no que é hoje o oriente boliviano, no Japurá-Iça.

Sobre a imposição espanhola jesuítas e franciscanos lideraram uma empresa espiritual, na qual pretendiam catequizar aqueles povos gentis; no entanto o que se escondia por trás era mais uma empresa política, o verdadeiro objetivo imperial espanhol.

No intuito de realizar sua tarefa catequista esses religiosos empreenderam uma ação verdadeiramente espantosa, onde, seguindo Arthur Cézar Reis: “Penetrando o interior do continente viveram as mais tremendas dificuldades.”

O Estado espanhol, no entanto, que atribuiu-lhes o encargo, não lhes proporcionou a ajuda necessária. O que por seus esforços acabou por torna-se uma empresa quase que de caráter torna-se uma empresa quase que de caráter privada. Apesar de estar a serviço de uma soberania, no caso a espanhol, nos conflitos com o gentio e com o luso-brasileiro, tiveram que agir com os próprios recursos e habilidades que iam esmerando-se no contato com os problemas surgidos e o meio selvagem.

Nas descrições feitas pelo cônego Francisco Bernardino ao tenente-coronel Joaquim José da Silva Meirelles é possível perceber como esses religiosos viam os povos indígenas, encontrando em uns mais dificuldades que outros em sua missão de catequizá-los. Ao descrever a tribo dos Ipurinans diz ser estas de uma índole perversa e maus, verdadeiros antropófagos, que entregavam-se exclusivamente aos negócios e práticas de guerra, pilhagem e assassinato. Já ao falar dos índios Inheiguaras, diz que estes foram rendidos sem demais esforços, apenas alguns foram julgados por escravos e repartidos aos soldados por serem acusados de atrapalhar as obras do evangelho.

Os governadores da província da Guiana, que fazia fronteira com território amazônicos, em poder dos luso-brasileiros, projetaram algumas ações militares que não puderam executar, tendo que reduzir-se a obra de espanholização por meio de nucleamentos de indígenas, fundação de fortes militares e criação de centros urbanos permanentes. Estes empreendimentos comandados pela Espanha acabaram por serem abandonados ante a pressão luso-brasileira. O autor Artur Cézar Reis, afirma:

No Içá, missionários franciscanos avizinhandose do Solimões. Sem maior contato com Quinto, pela distância em que permaneciam, abandonaram as aldeias, desse modo fracassando a iniciativa. As aldeias mantidas pelos Jesuítas no Gucuporé-Mamoré também não experimentaram sucesso. Os Jesuítas, que as haviam fundado, foram obrigados a abandoná-las ante a pressão luso-brasileira partida da capitania de Mato Grosso.

Na obra do Cônego Francisco Bernardino de Souza ele refere-se a fortaleza de Macupa a qual estaria servindo de presídio aos sentenciados do Pará e Amazônia.

Essa destruição de riquezas da terra pelo seu uso irregular, segundo o autor Arthur Cezar Reis é um problema que veio acarretar graves conseqüências, ele cita o exemplo da “apanha” de tartaruga considerada infundável pelo colono, que servia não apenas de base alimentar, mas igualmente em outros usos domésticos, inclusive do óleo para a fabricação de velas ou de condimentos, onde apesar das instruções vindas do Reino para impedir a matança desta espécie, a mesma continua impiedosa e ininterrupta o que segundo o autor acabou por gerar uma escassez que vai até os dias atuais. Em Belém ou Manaus, por exemplo, ele diz ser uma operação difícil a aquisição de uma tartaruga, pois ela não existe mais na medida das exigências de mercado normais, ou mesmo pequenos como dessas duas cidades, onde são escassas e portanto custam fortunas.

Essa ocupação da terra feita pelo homem de maneira desordenada acabou por destruir florestas, secou rios criando assim problemas para amanhã. Sem aprender a lição da experiência, desatento a tudo e a todas as previsões dos que alarmavam sua conduta criminosa, destruindo as esperanças e as possibilidades dos que deviam sucedê-lo. O espaço sobre que agiu aqui e ali começou, então, a tornar-se pequeno. Apesar de aperfeiçoar suas técnicas, não contribuíram para a solução ideal nem para a solução definitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REIS, Arthur César Ferreira. **Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro, 1981.

SOUZA, Francisco Bernadino de. **Lembranças e curiosidades do Valle Amazonas**. [s/d]